

O neoliberalismo e sua influência na constituição do pensamento da Nova CEPAL

Vinicius Figueiredo Silva

Mestrando do curso de História Econômica no Instituto de Economia da UNICAMP

E-mail: viniciusto2@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças processadas no interior do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) no período compreendido entre 1980-2004. Pretende-se também, no interior deste estudo, avaliar as tendências gerais da expansão desenfreada da ideologia neoliberal, principalmente no que tange sua influência nas políticas econômicas aplicadas nos governos latino-americanos, onde encontrara sem sombra de dúvidas, sua mais completa adesão ideológica. Partimos da hipótese de que o posicionamento da “Nova CEPAL” frente às reformas neoliberais possui um caráter revisionista se comparado à tradição crítica de sua gênese.

Palavras-chave: CEPAL, desenvolvimento, América Latina, neoliberalismo, neoestruturalismo

ABSTRACT

This article aims to analyze the main changes processed within the thought of ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean) in the period 1980-2004. The aim is also within this study, evaluating the general trends of the unchecked expansion of neoliberal ideology, mainly regarding its influence on the economic policies implemented in Latin American governments, which find without a doubt, his most complete ideological adherence. The assumption is that the positioning of the "New ECLAC" neoliberal reforms front has a revisionist character compared to the critical tradition of its genesis.

Keywords: ECLAC, development, Latin America, neoliberalism, newestruturalism

* Submetido em abril, 2013.

Introdução

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ¹ foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si quanto ao restante das nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho abarcou os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (ECLAC, 2011).

Mesmo sob grande resistência por parte do governo norte-americano, que vinha se opondo a criação de um órgão administrativo específico para a América Latina dentro da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) e “paralela à bem controlada Organização dos Estados Americanos (OEA)”²; em 1951, a CEPAL tornou-se entidade permanente da ONU² (MORAES, 1995: 20).

Segundo Bielschowsky (2000), o ponto de partida da teorização cepalina remete aos traços analíticos baseados na perspectiva histórico-estruturalista da relação centro-periferia³, análise da inserção internacional, análise dos condicionantes estruturais internos⁴; e, por conseguinte, à análise da possibilidade e possibilidade de ação estatal.

Tais traços analíticos⁵ traduzem a tônica das formulações cepalinas determinadas, sobretudo, pelo contexto histórico a qual a instituição está inserida.

¹ Os argumentos teóricos formulados pelos membros da “escola cepalina” são aqui apresentados como alicerces de uma teoria do desenvolvimento econômico que visou compreender sistematicamente os principais problemas e particularidades dos países que formam a periferia do sistema econômico internacional.

² Em tese, a intenção da criação da CEPAL por parte da ONU era diagnosticar os males do subdesenvolvimento e receitar o tratamento adequado dessa enfermidade, definindo políticas econômico-sociais com esta finalidade (MORAES, 1995)

³ O termo centro-periferia descreve o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e a distribuição de ganhos, representando a pedra angular que busca desvelar os efeitos deletérios do livre comércio sobre os países atrasados e uma ardente defesa de novos princípios de organização econômica que violava os postulados clássicos, principalmente a teoria ricardiana das vantagens comparativas. Vale ressaltar que a categoria “centro-periferia” é considerada o conceito fundamental da teoria da CEPAL, mas foi criada por Prebisch antes mesmo do nascimento desta Comissão. Ver “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*” (1949).

⁴ Refere-se ao crescimento, ao progresso técnico e as relações resultantes desta interação: emprego e a distribuição de renda (BIELSCHOWSKY, 2000).

⁵ Na visão da escola cepalina os países inseridos no sistema da divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários (em particular agrícolas) absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que no dos processos produtivos. Nesta perspectiva, a América Latina, resgatando suas franjas coloniais e “respeitando suas vantagens naturais”, se tornou cada vez mais dependente do comércio exterior para vender seus produtos primário-exportadores, acirrando o que Raul Prebisch (1949) denominou de “deterioração dos termos de troca”.

1. Plano ideológico e contexto histórico

O ciclo expansivo vivenciado pelos países latino-americanos no pós- segunda Guerra Mundial propiciou um ambiente favorável para a urbanização e de industrialização da América Latina, impulsionado por um crescimento de cerca de 5% ao ano no período de 1945 e 1954, ao qual contrastou significativamente com o crescimento da pobreza e agravamento dos problemas estruturais da região (BIELSCHOWSKY, 2000).

Logo, a formulação das ideias cepalinas buscava exprimir de maneira precisa tanto os problemas oriundos da industrialização da periferia, impulsionada no Pós-Segunda Guerra Mundial, como suas raízes advindas de períodos históricos anteriores, como a revolução industrial, no século XVIII, e seus desdobramentos sobre a “evolução” do capitalismo mundial, diferentemente da conformação neoliberal do novo-estruturalismo.

Este quadro, fez com que se disseminasse o fortalecimento da ideologia industrializante, ao mesmo tempo em que se propagava o retorno à ideia de que as exportações tradicionais fundamentadas na ideologia liberal dominante dos anos 1930 tendiam a recuperar terreno logo a normalidade econômico-industrial dos países centrais se restabelecesse novamente no pós-guerra, conforme mencionado por Bielschowsky (2000:24):

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico [...] havia, pois, um certo descompasso entre a história econômico-social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico.

De forma paralela, a teorização cepalina carregava consigo este importante papel de construção ideológica, sob forte influência da heterodoxia keynesiana que vigorava como ideologia hegemônica:

Com a CEPAL instaurava-se um centro de discussão de idéias no coração da própria América Latina, com o objetivo de conhecer a realidade específica deste continente e sugerir saídas para seus problemas[...] Em pouco, tempo [...] se transformaria num baluarte da heterodoxia na América Latina, em contraposição ao Fundo Monetário Internacional e outros guardiões do liberalismo ortodoxo (MANTEGA, 1989:30-31).

De maneira geral, a partir de uma teorização própria, a qual se aglutinou de forma consistente um bom número de inovações conceituais, os “cepalinos” pregavam uma mensagem central: “a necessidade de realizar políticas de industrialização como mecanismo de superação do subdesenvolvimento e da pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000:25).

Para Santos & Oliveira (2008), tais conceitos podem ser relacionados em três fases visando explicitar a evolução cronológica do pensamento formulado na CEPAL: gênese, afirmação e renovação.

A década de 1950 foi considerada na visão de Bielschowsky (2000:25) o “auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar cepalina”, tendo no seu idealizador e importante teórico Raul Prebisch a audácia intelectual de posicionar a América Latina no debate econômico mundial. Outro aspecto importante a se considerar, é o apoio de outros teóricos de peso como o brasileiro Celso Furtado, Aníbal Pinto dentre outros pioneiros estudiosos da realidade latino-americana.

Nesta fase de gênese, o diagnóstico da CEPAL é empregado na ideia de que o progresso técnico se desenvolve de forma desigual entre os dois pólos, a saber: o centro e a periferia. Com base nesta constatação, a CEPAL procura através de seus estudos identificar os impactos que a divisão internacional do trabalho tradicional provoca nas relações entre países ricos e pobres (BIELSCHOWSKY, 2000 B).

A segunda fase⁶, que vai de fins do final da década de 1950 até a década de 1970, é marcada pelo quadro econômico-social evidenciado a partir do processo de inserção da industrialização nos países periféricos e dos problemas estruturais causados pela falta de planejamento nestas economias. Nesta etapa, os focos de análise foram basicamente os principais problemas e obstáculos ao desenvolvimento econômico destes países (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, enquanto a primeira fase foi marcada por uma industrialização num plano inicial, na segunda fase já se percebia os efeitos da industrialização incipiente. Cabe considerar que durante este período, o pensamento estruturalista latino-americano conquistou mundialmente significativo espaço entre as correntes de pensamento econômico (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).

Todavia, ao final da década de 1960, com o avanço do processo de industrialização, Aníbal Pinto observou que era essencial analisar na heterogeneidade estrutural, o principal motivo pelo qual, os países pertencentes à América Latina, vivenciavam a persistente coexistência de estruturas produtivas diversas e desigual distribuição da renda (BIELSCHOWSKY, 2000 B).

A interpretação destes fenômenos teve importância crucial na construção das teses cepalinas acerca da inflação e da heterogeneidade estrutural, a qual identificou no estudo das

⁶ Nesta segunda fase a denominação “estruturalismo” é utilizada pela primeira vez como referência aos trabalhos dos cepalinos, sendo derivada do termo “inflação estrutural” (SANTOS & OLIVEIRA, 2008:6).

especificidades dos países subdesenvolvidos, fator indispensável para se compreender os problemas econômicos da região, buscando desvincular sobremaneira à generalização de diagnósticos predeterminados pelos países centrais⁷ (ECLAC, 2011).

Neste sentido, a argumentação da CEPAL na terceira fase⁸ refere-se à questão tecnológica numa proposta de transformação produtiva com equidade. Desse modo, a nova orientação cepalina, esteve vinculada ao progresso técnico e competitividade internacional. Foi buscando se adequar à realidade latino-americana nesta época, que a CEPAL canalizou esforços para analisar e identificar meios de alavancar as principais economias da região, as quais já apresentavam seus processos de substituição de importações num nível inferior ao desenvolvimento tecnológico internacional (BIELSCHOWSKY, 2000 B).

Destarte, embora as preocupações centrais do pensamento cepalino principalmente em seu período de gênese estiveram vinculadas a apropriação do progresso técnico e a desigualdade da renda nacional das economias da assim chamada periferia do sistema capitalista; o tratamento dessas questões, as propostas de superação do subdesenvolvimento e o posicionamento frente ao papel das reformas neoliberais é o que nos permite enquadrar a Nova Cepal dentro do posicionamento ortodoxo representado pelo Consenso de Washington⁹ (CARCANHOLO, 2008).

⁷ Diferentemente de Rostow (1961), os autores cepalinos acreditavam que o desenvolvimento das economias da América Latina não seria circunscrito a um processo universal de desenvolvimento determinado por cinco etapas: (i) sociedade tradicional, (ii) condições para o arranco, (iii) arranco, (iv) marcha para a maturidade, (v) era do consumo em massa; mas sim a um processo inédito, cujo os desdobramentos históricos possuem singularidades.

⁸ Nos anos 90, o economista chileno Fernando Fajnzylber com a publicação do seu artigo intitulado “Industrialização na América Latina: da ‘caixa-preta’ ao conjunto-vazio”, insere-se no debate sobre as causas da má distribuição da renda no continente, assinalando suas origens no processo produtivo (RABI, 2001). Para Fajnzylber (1983), a possível razão para esses efeitos diversos, está intimamente ligada à incorporação insuficiente do progresso técnico (caixa-preta) pelos países latino-americanos se comparado a outros que ele acreditava possuir características parecidas⁸. Caberia, portanto, questionar se é a especificidade do desenvolvimento da América Latina o verdadeiro responsável que deriva o conjunto vazio

⁹ A expressão Consenso de Washington, foi criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) numa conferência do *Institute for International Economics* (IIE), na capital dos Estados Unidos. Williamson (1992) listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países latino-americanos com o objetivo de realizar a proposta neoliberal que o governo dos EUA vinha insistentemente recomendando através de medidas que admitiam sem precedentes a falência do Estado, como incapaz de formular política macroeconômica e à conveniência de se transferir essa responsabilidade a organismos internacionais (WATCHELL, 1988). Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral (BATISTA, 1994:6). O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tais quais as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem

2. Desdobramentos da ideologia neoliberal na América Latina

O neoliberalismo adotado na Europa e na América do Norte¹⁰ após a Segunda Guerra Mundial difere em muito do chamado liberalismo clássico do século XIX a qual tratamos no capítulo inicial deste trabalho.

Nasce, portanto, de uma luta de classes de grande amplitude, em que “a finança, reprimida depois da crise de 1929 e do pós-guerra, reafirma progressivamente sua preponderância e volta a ser dominante na transição dos anos 70 e 80” (DUMÉNIL e LÉVY, 2005:89).

Todo esse processo foi gestado principalmente, ao longo do período conhecido como os “vinte cinco anos gloriosos do capitalismo” fim da Segunda Guerra até início dos anos 1970, cujo propiciou ao capital, segundo Mandel (1990), alguns anos de expansão, além de demonstrar claramente as contradições intrínsecas do capitalismo.

Durante o que convencionou chamar de “Era do Ouro¹¹”, o capital desfrutou de intensa reprodução. Nas palavras do autor:

Essa expansão tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do Estado burguês nacional (tendência que começou a se manifestar desde o início do século, mas que se amplificou consideravelmente desde 1948) (MANDEL, 1990: 11-12).

As técnicas principais utilizadas pelos governos para garantir tamanha euforia foram em grande medida fruto das políticas econômicas fundamentadas nas teorias de John Maynard Keynes, além dos avanços na estrutura produtiva (fordismo/taylorismo), as quais contribuíram para um avanço expressivo no processo de acumulação capitalista. Classificado por Mandel (1990) de “onda longa expansiva”, esse período assegurou o alto nível de concentração e centralização do capital.

Todavia, no período pós-guerra, por exemplo, a economia do mundo ocidental crescia a taxas de 5% em decorrência da política de Estado intervencionista e do chamado

qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas.

¹⁰ É bom ter bem claro que de início, consideraremos o neoliberalismo nos locais onde ele se originou efetivamente, mesmo reconhecendo que esse fenômeno histórico ocorreu no Chile antes de qualquer outro lugar.

¹¹ A expressão “Era de Ouro” foi cunhada no intuito de designar o período compreendido entre as décadas de 1950 e 70, cujas peculiaridades foram a generalização pelo mundo capitalista de altas taxas de crescimento e da elevação dos padrões de vida, inclusive das classes trabalhadoras (CORRÊA, 2007:23).

*welfare state*¹². Surgiram novas tecnologias, novas fontes de energia e matérias-primas, novos setores, revolução nos meios de transporte e comunicação.

No entanto, a partir da década de 1960, a “pax econômica” americana passa a desmoronar curiosamente em virtude do seu próprio sucesso (WATCHELL, 1988). Quanto a esse aspecto, Belluzzo (1995:12) vai dizer que:

[...] o fato é que o conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do acordo de *Bretton Woods* e prosperou sob a liderança americana, não resistiu ao próprio sucesso. Os Estados Unidos e sua economia cumpriram, durante os primeiros vinte anos do pós-guerra a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas condições para o avanço da industrialização na periferia do capitalismo.

Já no início da década de 1970, um declínio no desempenho da economia mundial é perceptível. Prova disso é a incapacidade dos governos das principais economias de sustentar as regras do sistema financeiro acordado no *Bretton Woods*¹³:

As principais dificuldades em sustentar os altos níveis de crescimento/desenvolvimento econômicos conquistados no pós-segunda guerra surgiram a partir da incapacidade dos governos das principais economias desenvolvidas em sustentar o sistema monetário e financeiro internacional constituído no acordo [...] O que se observa, a partir do desarranjo da ordem monetária e financeira internacional, é que as relações econômicas internacionais passaram a desenrolar-se num clima de incerteza e insegurança, de concorrência exarcebada, com as principais divisas e flutuarem nos mercados cambiais (CARCANHOLO e BARUCO, 2006:3).

A ideia de *Bretton Woods* era exportar os capitais estadunidenses para o resto do mundo, o que os EUA conseguiram com maestria. Após este período, os EUA vão usar o expediente da taxa de juros para regular a economia e como aporte para a retomada da hegemonia a qual encontrara ameaçada pelos efeitos dos seus parceiros/competidores – principalmente Japão e Alemanha que reconstruíram seus sistemas produtivos e financeiros mais novos e permeáveis às mudanças tecnológicas (TAVARES, 1985).

¹² O termo *welfare state* ou Estado de Bem-Estar-Social, segundo Antunes (1999) é caracterizado por três pilares: pleno emprego, universalização das políticas sociais e assistência social como uma rede de proteção social e um Estado aos moldes keynesianos intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos.

¹³ Na visão de Moffit (1984), a missão de Bretton Woods foi criar um ambiente econômico internacional para que a burguesia estadunidense “saísse na frente” na política econômica mundial. Fruto destas determinações, o FMI (Fundo Monetário Internacional) criado na conferência, objetivou policiar o comércio e as práticas econômicas dos países membros. Na área monetária, os acordos do sistema, almejaram atingir estabilidade e flexibilidade, porém, na realidade, tornaram o restante dos países do globo cada vez mais reféns dos interesses estadunidenses, formando mais uma das frentes do novo imperialismo no mundo comandado pelos EUA.

A desvalorização do dólar levou ao fim da paridade ouro-dólar e a quebra das taxas de câmbio fixas. Com a alta dos preços do petróleo em 1973, o quadro de crise é deflagrado (CARCANHOLO e BARUCO, 2006).

Remédios keynesianos continuavam a serem aplicados na tentativa de amainar os efeitos da crise durante a década. Contudo, a combinação de estagnação com inflação, que ficou conhecida como estagflação, fugia ao receituário de investimento estatal e os resultados não foram os esperados (MANDEL, 1990).

Em 1979 é eleito o governo Thatcher na Inglaterra, e em 1980, o governo Reagan nos Estados Unidos. Tais governos foram os primeiros regimes de capitalismo avançado a por em prática o receituário neoliberal. Além da influência econômica da crise, o neoliberalismo tinha a influência política através do ideário anticomunista em decorrência das campanhas de governos comunistas da Europa (ANDERSON, 1995).

Além disso, mesmo possuindo um caráter político e social nesse embate, é preciso reconhecer que as circunstâncias¹⁴ econômicas exerceram um importante papel nos traços gerais do neoliberalismo. O crescimento e estabilidade econômica do pós-guerra dão lugar a um intenso debate acerca dos rumos da economia mundial:

A forte desaceleração do crescimento, o aumento da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões), o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. O problema era de outra natureza: a crise estrutural resultava de uma queda gradual da taxa de lucro nos principais países capitalistas desenvolvidos, mais ou menos desde os anos 60 (DUMÉNIL e LÉVY, 2005:89).

A hegemonia do neoliberalismo dá-se primeiramente em sentido teórico, a partir do texto “O caminho da servidão”, escrito em 1944 por Hayek, que condenava qualquer intervencionismo estatal e política de cunho igualitário do *welfare state* como prejudiciais à economia e a liberdade de mercado. Já em 1960, passa a predominar principalmente nos Estados Unidos a teoria de Hayek e de Milton Friedman, que começam a constar nos receituários econômicos como saída ante a crise (ANDERSON, 1995; CARCANHOLO e BARUCO, 2006).

Os neoliberais contestavam a intervenção estatal e defendiam o retorno dos mecanismos de mercado na regulação da atividade econômica, entendendo que a participação do Estado se resumia às funções de regulação e supervisão prudencial, o que levaria à

¹⁴ Ver CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

retomada dos investimentos, do crescimento econômico e da distribuição de renda, perdidos com a crise (ANDERSON, 1995).

Desse modo, é possível notar que o neoliberalismo é concebido num momento histórico distinto, como reação à crise da década de 1970¹⁵ em resposta aos altos índices de desemprego e queda do produto do período, em relação ao período precedente. Em Carcanholo (2002:12), encontramos o seguinte esclarecimento:

O fracasso dessas experiências da década de 70 e das políticas ortodoxas de estabilização dos anos 80 foi interpretado pela visão neoliberal como sendo consequência de desequilíbrios ou distorções, que impediriam o livre funcionamento da economia de mercado. Estas distorções (déficits fiscais crônicos, mercado de bens e de trabalho regulamentados, mecanismos de indexação salarial, desregulamentação financeira sem aparato de fiscalização e erro na seqüência da abertura externa) seriam muito mais efeitos dos erros de implementação do que da natureza das próprias políticas propostas.

Além disso, as privatizações tomam espaço nos cenários nacionais, resultado da “diminuição” da participação do Estado. Na Inglaterra, com a eleição do governo Thatcher, é possível perceber logo de início a implementação de medidas extremamente pró-mercado, com a contração da emissão monetária, diminuição de impostos, aumento das taxas de juros, corte de gastos sociais, além de privatização. Nos Estados Unidos, as medidas neoliberais não foram tão rígidas quanto na Inglaterra.

Apesar da redução dos impostos em favor dos ricos e o aumento das taxas de juros, o governo Reagan lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes contra a união soviética¹⁶, o que resultou em gastos militares enormes e no aumento do déficit¹⁷ público incomparável a qualquer outro governo americano (CARCANHOLO e BARUCO, 2006).

Estas mudanças impactaram sobremaneira nas tradicionais modalidades de produção material, redefinido “os espaços e tempos, a organização do território e do Estado, demarcando um conjunto de aportes teóricos e metodológicos que são compatíveis com as mudanças em curso desde os anos 80” (MOTTA *et al* 2011:2).

¹⁵ Segundo Ribeiro e Mendonça (1986), a crise de 1974-75 representa a primeira fase da crise da política econômica; é uma forma particular de manifestação da crise cíclica de superprodução nas condições do capitalismo monopolista. O desemprego alastra-se e o número de falências aumenta e pela primeira vez a inflação mantém-se e acentua-se durante a recessão, num novo fenômeno chamado *stagflation*.

¹⁶ Gastos, com arsenal armamentista que estão relacionados à tentativa de retirar a economia da crise e favorecer as grandes empresas capitalistas. Para uma melhor explicação ver TAVARES, M.C. “A retomada da hegemonia norte americana”. Revista de Economia Política, Vol. 5, N° 2, abril/junho, 1985. São Paulo: Ed. Brasiliense.

¹⁷ Para uma análise mais detalhada ver TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. O Grande Salto para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Desse modo, é possível notar que o neoliberalismo se vindicou mais como ideologia política do que como ação de mercado. Altas taxas de desemprego, aumento da dívida pública e baixas taxas de crescimento; todos os fatores apontados como resultado da política keynesiana permanecera após a introdução do neoliberalismo (CHESNAIS, 1996). Além disso, o neoliberalismo, apesar de defender o livre mercado e não intervenção estatal, só pôde ser efetivada através da imposição dos Estados, o que delineou novos contornos inclusive aos países da América Latina:

Após vivenciar uma década de interrupção de recursos externos de empréstimos anos 1980, a América Latina viveu, nos anos 1990, o pior dos mundos, enfrentando, na seqüência dos efeitos do endividamento externo, imposições de política econômica que privilegiavam a expectativa e os interesses dos agentes externos em detrimento das condições internas (ALMEIDA FILHO, 2003:2).

O referido viés neoliberal seguia seu curso também pela periferia. A expansão ideológica utilizava-se ali da influência operada pelas agências multilaterais – notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, mais tardiamente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, sobretudo durante o período da crise da dívida no caso da América Latina, onde a renegociação das dívidas externas incluía cláusulas de compromisso com políticas econômicas convencionais e ajustes estruturais pró-mercado.

Por mais importante que seja o papel exercido por essas instituições, é importante salientar, sem menosprezar o poder dessas agências sobre os países subdesenvolvidos, que ocorreu em grande medida a adesão da periferia aos preceitos da nova ordem, revelando assim a força adquirida pela hegemonia neoliberal.

Em outras palavras, não se pode atribuir a virada neoliberal tão somente a uma imposição de fora para dentro; “os governos da periferia capitalista foram cooptados e assumiram para si o projeto propalado pela ótica neoliberal” (ALMEIDA FILHO, 2003:4).

Como já apontava Hayek, a democracia¹⁸ não era um valor central do neoliberalismo e podia tornar-se incompatível com a liberdade de mercado, na medida em que a maioria democrática decidisse interferir nos direitos individuais. No Chile, esse pressuposto foi levado à risca. Posteriormente, na década de 1980, outros governos latino-americanos¹⁹ renderam-se

¹⁸ Segundo Sampaio Jr. (2002), o ciclo latino-americano de golpes militares que instituíram ditaduras do grande capital se iniciou desde 1964 no Brasil e encerraram em 1973 no Chile, determinando assim o desfecho do processo de revolução burguesa no continente como uma contra-revolução permanente, que contribuiu em grande medida para a consolidação do regime do capital na América Latina como “capitalismo dependente”.

¹⁹ Oficialmente, o Brasil é considerado o último dos países da América Latina a implementar a política neoliberal. Diferentemente dos países da Europa e outros também da América Latina, no Brasil o processo de hegemonia do neoliberalismo deveu-se ao resultado da disputa política de classes, não de um debate ideológico

ao regime neoliberal: Bolívia em 1985, México em 1988 e Argentina em 1989 (ANDERSON, 1995).

De acordo com Carcanholo e Baruco (2006), o retorno da crise 1980²⁰, faz com que ressurgja às posições liberais, travestidos de nova roupagem. A implementação do receituário das políticas neoliberais, mais uma vez; ficará a cargo de advogar seus defensores, não se traduzindo em redução das taxas de desemprego, mas sim, redirecionando os recursos estatais, em sua grande maioria, com o pagamento dos juros de dívida²¹ e com a circulação financeira.

Decerto, a maioria dos Estados latino americanos encontrava-se mergulhada numa profunda dívida pública, sendo forçados a renegociar suas dívidas frente ao FMI. Essas condições adversas deixavam claras as debilidades da política econômica até então adotada. Assim, a década de 1980²² assistiu, a uma virada ideológica em favor do discurso neoliberal (DUARTE, 2007; GROS, 2002).

Quanto a este aspecto, Almeida Filho (2003) orienta que na primeira metade dos anos 1990 a hegemonia das ideias neoliberais foi incontestável, pois repercutiu sobre as instâncias multilaterais e nacionais, de forma que as políticas econômicas ganharam uma notável base comum de normas e preceitos.

O Banco Mundial, por exemplo, publicou alguns documentos em que indicava o que seria a prática de uma boa política econômica, entendida como aquela que asseguraria a maximização das condições de desenvolvimento dos países membros. Esta prescrição foi utilizada de modo intenso nas relações bilaterais e multilaterais, com resultados diferenciados quanto às necessidades dos países de buscar recursos nas agências oficiais (CHESNAIS, 1996).

anterior a sua implementação. Com o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações e o fracasso dos planos de estabilização monetária – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão – o neoliberalismo foi se fortalecendo (FILGUEIRAS, 2006).

²⁰ Para Carcanholo e Baruco (2006), a suspensão da convertibilidade do dólar ou o aumento do petróleo não foram causas da crise, foram sintomas da sua aproximação inevitável. O retorno da crise em 1980 é uma consequência necessária de todo esse processo, ou seja, uma manifestação fenomênica, das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

²¹ Em meados dos anos 30, vários países da América Latina suspenderam total ou parcialmente o serviço de suas dívidas, o que facilitou seu desenvolvimento e sua industrialização. Em contrapartida, nos anos 80, a história foi diferente. No período que compreende 1981-1983 a América Latina desembolsou 81,7 bilhões de dólares como pagamento do serviço da dívida, o dobro do que havia despendido para pagamento durante a década de 1970. O resultado desse processo foi a chamada década perdida: estagnação econômica, inflação alta e crise social. A crise “acelerou a queda das ditaduras, geralmente substituídas por governos civis que continuaram servindo à dívida” (GONÇALVES & POMAR, 2001:15).

²² A década de 1980 viu a vitória da ideologia neoliberal na Europa, com a ascensão dos governos Kohl na Alemanha, em 1982, Schluter na Dinamarca em 1983, e posteriormente quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria (ANDERSON, 1995). Assistiu também à crise do bloco de países comunistas no final desta década, frontalmente opostos àquela ideologia (CARCANHOLO e BARUCO, 2006).

Na medida em que os processos econômicos assumiam um novo patamar a política neoliberal apontava a necessidade de abertura das economias dos países periféricos a fim de absorver os ganhos da região dos períodos anteriores. Desse modo, a abertura comercial, sobrevalorização das moedas nacionais, privatizações, a falta de estímulo em infraestrutura por parte do Estado –, trouxe como consequência a desnacionalização do parque produtivo destes países, um processo latente de desindustrialização²³ a dominação de setores caracteristicamente primários como o agronegócio e a pregação da “vocação” agrária regional (DUARTE, 2007; FILGUEIRAS, 2006).

Do mesmo modo, a CEPAL, que no curso do pensamento latino-americano apresentava uma tradição de defesa da produção local destes países, designada, sobretudo, a denúncia dos efeitos deletérios do intercâmbio desigual e da particularidade da industrialização periférica, passou a aceitar a ideia da primazia do mercado na definição dos rumos do desenvolvimento regional, outorgando ao ideário liberal o verdadeiro arcabouço para diagnosticar as nuances do capitalismo contemporâneo.

3. A Nova CEPAL no contexto do neoliberalismo

Com a emergência do neoliberalismo, o debate acerca do desenvolvimento econômico foi reposicionado nos diagnósticos da CEPAL em face das reformas advindas desse modelo e da crescente financeirização²⁴ da economia mundial:

O balanço sombrio de um modelo econômico que gera crescentes desigualdades sociais e fortíssima instabilidade econômica impõe a urgência de vislumbrar novos caminhos para o continente americano. Consciente dos riscos envolvidos na continuidade das políticas propugnadas pelo Consenso de Washington, sobretudo quando se leva em consideração que o agravamento da crise econômica internacional exarceba os efeitos perversos da globalização [...] já percebe a necessidade de um novo receituário para os países da periferia, postulando maiores controles sobre os movimentos de capitais, uma presença mais ativa do Estado nas políticas sociais e maior ênfase no crescimento em relação à estabilização (SAMPAIO Jr., 1999:196).

²³A desindustrialização pode ser definida como a tendência de queda da relação entre o valor adicionado na indústria de transformação e o PIB. Nos países “em desenvolvimento” a desindustrialização é prematura e resulta do viés de deslocamento da fronteira de produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais. Este deslocamento ocorre, principalmente, na fase ascendente dos preços das *commodities* no mercado mundial (GONÇALVES, 2012:7)

²⁴ Na concepção de Paulani (2012) o Brasil tornou-se um dos prejudicados da primeira fase do processo de financeirização, quando as finanças foram primordialmente intermediadas e o capital financeiro foi majoritariamente o capital bancário. Para uma análise detalhada ver Brasil *Delivery*: servidão financeira e estado de emergência econômico, São Paulo: Boitempo, 2007.

O *status* de ideologia mundialmente dominante conferido ao neoliberalismo se manifestou no pensamento crítico latino-americano através de uma reformulação dos ensinamentos estruturalistas defendidos pela CEPAL em fases anteriores.

Segundo esta perspectiva, os países periféricos, em especial os da América Latina e do Caribe, não deveriam retroceder nas reformas liberais, nem muito menos rechaçá-las. Muito pelo contrário, esses países deveriam tomar as reformas como um dado, e, a partir delas, buscar os elementos de política que conseguissem aumentar o grau de equidade social [...] A agenda cepalina de “Reformas das reformas” parece significar muito mais um gerenciamento das imperfeições das reformas liberais do que uma concepção significativa distinta de desenvolvimento (CARCANHOLO, 2008, p.153-154).

Na aparência, essa visão “neoestruturalista²⁵” tem como característica “um claro sentido holístico no que tange à superação das deficiências econômicas e sociais latino-americanas” (CORRÊA, 2007:76). É nesse sentido que Ricardo Ffrench-Davis (Conselheiro Regional diretor da Cepal em 1992-2004), vai dizer que: *“el neoestructuralismo se alimenta de la tradición estructuralista, pero va más allá, porque su desarrollo analítico está acentuadamente orientado al diseño y ejecución de estrategias y políticas económicas”* (1988, p.38).

Para Carcanholo (2008), a reformulação das teorias da gênese cepalina atribuídas ao neoliberalismo incorriam em dois pólos incompatíveis:

Em primeiro lugar, uma perspectiva teórica que pretenda posicionar-se entre dois extremos inconciliáveis – defender as reformas pró-mercado como estratégia de desenvolvimento, ou argumentar que essas reformas só aprofundam os problemas estruturais das economias dependentes – não estaria, na verdade, posicionando-se, mas abstendo-se de algo que é imperativo no debate a respeito das estratégias de desenvolvimento. Em segundo lugar, não é verdade que a Nova CEPAL assuma uma posição intermediária nos dois extremos, já que explicitamente apoia as reformas pró-mercado. Que a Nova CEPAL, defenda um “retoque” nas reformas, isso não a posiciona ao lado das perspectivas críticas ao neoliberalismo, ao contrário [...] isso é característica da atual fase do pensamento ortodoxo (p.137).

Este novo contexto, determinou uma revisão das bases do fundamento estruturalista, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado, a qual apresentaremos sumariamente no quadro 1.

²⁵ Nomeclatura empregada pelos próprios representantes da comissão. Para uma análise detalhada, ver RAMOS, Joseph.- *“Un balance de las reformas estructurales neoliberales”* – Santiago, revista CEPAL Nº 62. 1997.

Quadro 1 – ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E PAPEL DO ESTADO

Papel do Estado	Desenvolvimento para fora	Desenvolvimento para dentro
Passivo	Ortodoxia (neoliberal)	-
Ativo	Nova CEPAL (neoestruturalismo)	Visão cepalina passada

Fonte: Adaptado de Ramos (1997).

Constata-se que, as concepções cepalinas de maior intervenção do Estado na economia foram suprimidas pelo Estado Mínimo²⁶, pois privilegiar a abertura externa das economias periféricas se tornou a mola mestra da estratégia perseguida pelo neoestruturalismo, em oposição ao pensamento da tradição cepalina que defendia um Estado ativo²⁷ e a devida importância que esses governos deveriam imprimir ao mercado interno. Eis como a abertura externa se constitui como reforma estrutural:

Dentre as reformas estruturais, a abertura externa é uma das mais importantes, até como forma de obter o financiamento externo e incentivar a concorrência e a produtividade, fatores tidos como necessários para a retomada do crescimento. Essa abertura externa é composta pela abertura comercial, no que se refere à liberalização das importações e à promoção das exportações, pela abertura na conta de transações correntes, traduzida na maior facilidade de remessa de lucros e dividendos, por exemplo, e pela liberalização da conta de capital. Do lado financeiro, um maior grau de abertura significa uma maior facilidade dos residentes para adquirir direitos e assumir obrigações em moeda estrangeira e dos não residentes em acessar os vários setores do mercado financeiro local (AKYÜZ, *apud*, CARCANHOLO, 2008, p.148).

O resultado dessas experiências mostra que, ao contrário de uma retomada do desenvolvimento dos investimentos, distribuição com equidade, homogeneização estrutural o que se apresenta é uma situação de fragilidade e vulnerabilidade externas, que acabam por limitar o crescimento e, no melhor dos casos, manter o padrão de distribuição da renda (CARCANHOLO, 2002).

²⁶ Mínimo quanto ao aspecto macroeconômico e máximo na sua disposição de socorrer o mercado financeiro mundial diante dos abalos e instabilidade inerentes ao capitalismo. (BELLUZZO,1997).

²⁷ Até mesmo um autor que se considera adepto do pensamento neoestruturalista (cepalino) acaba por constatar que os princípios que inspiram esta mudança no tratamento das questões referentes ao desenvolvimento latino-americano; dentre elas- a economia de mercado, a propriedade privada, a prudência fiscal e o protagonismo do setor privado - são heranças das principais correntes do pensamento econômico neoliberal (RAMOS, 1997). De acordo com Carcanholo (2008, p.153) “a diferença que existiria entre as duas correntes, segundo o próprio autor, é que os neoestruturalistas (neocepalinos) acreditariam que esses princípios são condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente”. Nesse sentido, cabe ao Estado corrigir as falhas do mercado, especificamente, implementar medidas adicionais para evitar problemas distributivos, já que as reformas neoliberais trazem resultados apenas no longo prazo.

Vale dizer que estas reformas neoliberais na América Latina aprofundaram sistematicamente os “gargalos” estruturais da economia destes países. A tabela 2 ilustra o percentual de crescimento das economias da região entre 1971-2004²⁸.

Tabela 1 – PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DO PIB DA AMÉRICA LATINA, 1971-2004 (%)

	1971-80	1981-89	1990-97	1998-03	2004	1990-04
Argentina	2,8	-1,0	5,0	-1,4	9,0	2,6
Brasil	8,6	2,3	2,0	1,2	5,2	2,0
Chile	2,5	2,8	7,0	2,7	6,0	5,2
Colômbia	5,4	3,7	3,9	1,0	3,5	2,8
México	6,5	1,4	3,1	2,8	4,4	3,1
Peru	3,9	-0,7	3,9	2,0	5,1	3,2
Uruguai	2,7	0,4	3,9	-2,5	11,8	1,8
Venezuela	1,8	-0,3	3,8	-2,8	17,3	1,9
América Latina						
Total	5,6	1,3	3,2	1,2	5,8	2,6
Por habitante	3,0	-0,8	1,4	-0,4	4,2	0,9
Por trabalhador	1,7	-1,5	0,5	-1,2	3,4	0,0

Fonte: Elaboração própria baseado em Ffrench-Davis (2005).

As reformas neoliberais em território latino-americano acentuaram os problemas estruturais de suas economias. Ao observar atentamente o período mais intenso de reformas liberais percebemos que a taxa de crescimento média é apenas de 2,6 %; muito inferior ao observado no período entre 1971-1980, que foi de 5,6%. Curiosamente, o resultado só não foi ainda mais pífio do que o crescimento registrado entre 1981-1989, justamente no período considerado para muitos autores (inclusive cepalinos) como década perdida.

Ressalta-se que esse desempenho se apresenta ainda pior se levarmos em consideração os anos de 1998-2003 (1,2%), em decorrência das crises cambiais e de balança de pagamentos em várias economias da região e, sobretudo, da vulnerabilidade externa proporcionada pelo receituário neoliberal.

Quanto ao crescimento do PIB *per capita*, observa-se um sutil e medíocre crescimento (0,9%) no período de 1990-2003, o que não é diferente ao desempenho do indicador em relação à produtividade do PIB por trabalhador, que no período ficou estagnada.

²⁸ Considera-se aqui o período entre 1990 e 2004, o mais intenso em termos das reformas liberalizantes (CARCANHOLO, 2008).

Do mesmo modo, é possível perceber com clareza, que ao se avaliar os indicadores sociais no período a história não foi diferente. Para se tiver uma ideia, na década 1980, 40,5 % da população da região se encontrava situada na linha de pobreza. Em 2004, mesmo com as promessas de mudanças estruturais e inclusão social pró-reforma propostas pelo relatório “*Transformación Productiva con Equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*”²⁹ (e em outros documentos da comissão publicados nos anos 1990) não foi capaz de diminuir este percentual de pobreza, que por ventura, aumentou para 42,9% da população, conforme descrito no quadro 2:

Quadro 2. INDICADORES SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, 1980-2004

Ano	PIB per capita (US\$ de 1995)	Pobreza (% da população)	Salário real médio (1995=100)	Taxa de desemprego (% da força de trabalho)
1980	3.687	40,5	102,7	7,7
1990	3.345	43,8	96,2	7,3
2004	3.913	42,9	96,8	10,0

Fonte: Elaboração própria baseado em Ffrench-Davis (2005).

Observa-se também, uma queda no salário real médio, demonstrando que o poder de compra do salário em 2004 (96,8%), não chega nem ao nível registrado em 1980 (102,7%). No que se refere à taxa de desemprego, é possível visualizar um aumento considerável do número de desempregados na América Latina. Enquanto haviam 7,7% da população desempregada em 1980, leve queda em 1990 (7,3%), esse número saltou para 10% da população.

Estas cifras nos dão subsídio para argumentar que o desempenho medíocre da política neoliberal na região põe em risco a estabilidade e autonomia desses países.

Portanto, diferentemente do que foi proposta por seus defensores, a projeção da conjuntura histórica particular marcada pelas reformas neoliberais na América Latina, principalmente a partir dos anos 90, suscitou o aumento considerável das desigualdades tanto econômicas quanto sociais da região, acentuação das restrições ao crescimento e maiores instabilidades e crises econômicas na região.

²⁹ A proposta desse relatório foi apresentar os fundamentos para um novo ciclo de desenvolvimento regional, em substituição ao padrão de desenvolvimento com base na substituição de importações, que teria se esgotado. Esse informe orientou, nas décadas seguintes, a elaboração de documentos e políticas específicas para diferentes áreas sociais (RIZZOTTO e PREDOLIM, 2009).

Considerações finais

Após cerca de 60 anos de sua fundação, não há sombra de dúvidas que a CEPAL mudou bastante. Em meados da década de 1960 e principalmente nos anos 1970 a agência foi alvo de críticas (inclusive por membros da própria comissão) que, por todo o continente, sinalizavam inconsistências em sua concepção de subdesenvolvimento e questionavam se sua estratégia poderia realmente suplantar os entraves do passado.

A mão invisível do mercado (que se apresenta cada vez mais visível do que nunca), ao invés de difundir universalmente as benesses do progresso técnico e bem-estar social, propiciou um aumento acentuado da disparidade econômico-social entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além de significar ganhos para as burguesias de ambos os polos.

Não obstante, a multiplicação dos pães esperada pelo milagre do desenvolvimento na “Era do Ouro” e posteriormente, pelo evangelho neoliberal não promoveu aos esfaimados países periféricos a superação da sua fome e de seus entraves coloniais. Sobraram apenas as migalhas, a reafirmação do poder de classes e o poder da finança neste laboratório de políticas neoliberais que historicamente se insere a América Latina.

Foi exatamente neste contexto, que a Nova CEPAL optou propositadamente constituir uma estratégia de desenvolvimento que sintetizasse estruturalismo e neoliberalismo, renegando sobremaneira o pensamento inicial que se contrapunha sistematicamente à teoria das vantagens comparativas, que só agravara ao longo dos anos o fosso entre os países do centro e os países periféricos.

Referências Bibliográficas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. N° de referência: ABNT NBR 14724:2011. Terceira edição, 17 mar. 2011.

ALMEIDA FILHO, N. (2003). *O desenvolvimento da América Latina na perspectiva da CEPAL: dos anos 1990: correção de rumos ou mudança de perspectiva* In: Ferraz, J. C. et al (2003) *Liberalização econômica e desenvolvimento*, São Paulo: Editora Futura, p. 100-123.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: BATISTA, P.N. (et al.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.99-144.
- BELLUZZO, Luiz G. de Mello. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. Economia e Sociedade*, Campinas, n.4, p.11-20, jun.1995.
- _____. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 B.
- BUENO, Ricardo. (Coordenador). *O ABC do Entreguismo no Brasil*. - Petrópolis. Vozes: 1984.
- CARCANHOLO, M. D. *Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro:IE/UFRJ, 2002.
- _____. *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington*. In: Castelo, R. (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2010, p. 119-141.
- _____; BARUCO, G. C. C. *Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal*. In: *Anais... Encontro Nacional de Economia Política*, n. 11, Vitória, 2006.
- CEPAL (1990) *Transformación Productiva con Equidad*. Santiago, 185p. Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Estudo econômico da América Latina, 1949 (1951)*. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p.137-178. v.1.
- CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *A nova CEPAL e o “mal-estar” social na América Latina: uma alternativa de desenvolvimento?* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2007.

- COSTA L.S. & FLÁVIO, L.C. *Economia e ideologia: a ciência econômica enquanto instrumento ideológico*. Apresentado no V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Salvador, 2005. Disponível em:
< <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/LucianoCosta.pdf>>. Acesso em 15/10/2011.
- COUTINHO, Maurício. *Distribuição de Renda e Padrões de Consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina*. Ensaio FEE, v. 1, n.1, 1980
- DUARTE, P. H. E. *A dialética do desenvolvimento periférico: a nova Cepal à luz da teoria marxista da dependência*. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em:
<http://uploads/uploadsFCkEditor/File/Monografia_Pedro_Henrique.pdf> Acesso: 06/06/2012.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *O neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense*. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108
- ESTEVES, T.J. *Integração Regional: A Gênese e o caso da Proposta da CEPAL para a América Latina*. Revista de Ciências Sociais UFJF, Ano 2, vol.5, dez. de 2008, p.284-299.
- FAJNZYLBER, Fernando. *La Industrialización trunca de América Latina*. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1974.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Esbozo de un planteamiento neoestructuralista*. Revista de La CEPAL, Santiago de Chile, n. 34, abr., 1988.
- FILGUEIRAS, L. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. En publicación: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.
- FURTADO, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GONÇALVES, R. *Globalização e Desnacionalização*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- _____. e POMAR, V. *O Brasil endividado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- _____. (2007). *A teoria do comércio internacional: uma resenha*. Economia ensaios : revista do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. – Uberlândia EDUFU, ISSN 0102-2482, ZDB-ID 1149816x. - Vol.1 12.1997, p. 3-20.
- GROS, D. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de doutorado (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- GUIMARÃES, Juarez.(2001) *A trajetória intelectual de Celso Furtado* In: TAVARES, Maria da Conceição (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo
- HAFFNER, J. A. H. *Desenvolvimento econômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva histórica*. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo/RS.
- KOLING, Paulo José. *Uma contribuição à crítica do neoliberalismo: a análise de Raul Prebisch sobre o monetarismo*. In: 9º Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, 2010, Goiânia/GO.
- LA COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL) _ <http://www.eclac.cl/>
- LESSA, Carlos. *Conferência sobre o pensamento de Aníbal Pinto*. Revista de economia contemporânea, Instituto de Economia UFRJ, Rio de Janeiro nº 3 jan. – jun. de 1998.
- LOURENÇO, André Luiz Cabral. et al. *O Processo de Acumulação na Economia Política Clássica: uma interpretação não convencional a partir da leitura dos ricos detalhes comumente inexplorados*. Apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política, USP, São Paulo, junho 2009.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.
- MANTEGA, Guido. *Celso Furtado e o pensamento econômico latino americano*. São Paulo, Revista Economia Política, vol.9, nº4, outubro/dezembro de 1989. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/36-2.pdf>>. Acesso em 25/04/2012.
- MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984.
- MORAES, Reginaldo C.(1995). *Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL*. São Paulo: Ática.
- OLIVEIRA, U.P.; SANTOS, F.H.P. *Três fases da teoria cepalina:uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano*. Revista Análise, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2008.

- PINTO, Aníbal (1970). *Natureza e Implicações da Heterogeneidade Estrutural na América Latina*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PREBISCH, Raul (1949). *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- RAMOS, Joseph (1997). *Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina*. Santiago, Revista de la CEPAL, 62, ago., p. 15-38.
- RIBEIRO, N; MENDONÇA, A. *A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista*. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.
- RICARDO, David. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural.
- RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon ; PREDOLIM, C. C. B. . *O conceito de equidade no desenho de políticas sociais: notas iniciais sobre os pressupostos políticos e ideológicos da proposta de desenvolvimento da CEPAL*. Interface (Botucatu. Impresso), 2011.
- ROSTOW, W. W. (1960). *Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1961.
- SAMPAIO Jr., Plínio. *"Vivemos um processo de reversão neocolonial"*. Instituto Humanitas Unisinos, 13 de maio de 2012. Entrevista cedida a IHU Online. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>> Acesso em 10/06/2012.
- TAVARES, M. C. (1985). *A retomada da hegemonia norte-americana*. Revista de Economia Política, 5 (2), abril-junho. Republicado, em versão ampliada, em TAVARES, M. C. & FIORI, J. L., orgs. (1997) Poder e Dinheiro. Petrópolis: Vozes.
- WACHTEL, Howard. *Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WILLIAMSON, J. 1992. *Reformas Políticas na América Latina na Década de 80*. Revista de Economia P, 12 (1): 43-49.